



ACÓRDÃO Nº 1122/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2326 /2013.

Aposos: Processos nºs 3222/2013, 2050/2013, 5295/2013, 273/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALE.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Luis Ricardo Saldanha Nicolau, Presidente, à época e Sr. Wander Araújo Motta, Ordenador de Despesas à época;

6- Advogados: Dr. Lino José de Souza Chixaro - OAB/AM nº 1567, Dr. Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti - OAB/AM nº 2324, Dr. Paulo Rogério Arantes - OAB/AM nº 1509, Dr. João Bosco Lomes Maia Jr. 8107.

7- Unidade Técnica: DICAD/AM, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 499EX/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 5923/5924).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALE. Exercício de 2012.

Regularidade com Ressalvas. Arquivamento. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1 Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2012, do **Sr. Luis Ricardo Saldanha Nicolau**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e **Sr. Wander Araújo Motta**, Ordenador de Despesas à época;

10.2 Arquivar os processos nº 2050/2013 e nº 3222/2013, por perda do objeto, considerando que as matérias foram instruídas e são parte integrantes das peças técnicas, portanto, tratadas nos autos processuais da Prestação de Contas nº 2326/2013 conforme os termos constantes da fundamentação;



ACÓRDÃO Nº 1122/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.3.1 Encaminhe à atual Administração da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM, cópias das peças emitidas pela DICAD/AM, DICOP e pelo Representante Ministerial, para que sejam registradas como recomendações a origem, as falhas de natureza formais apontadas nas referidas peças, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras, passível de aplicação de multa por reincidência e demais previstas no ordenamento jurídico desta Corte de Contas;

10.3.2 Notifique os Senhores: Luis Ricardo Saldanha Nicolau, Presidente da Casa Legislativa do Estado do Amazonas e Wander Araújo Motta, Ordenador de Despesas, responsáveis à época, exercício 2012, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

10.3.3 Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1- Declaração de Impedimento: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral